

## **Educação e a nova perspectiva juvenil em territórios dominados pela violência**

Luiz Arthur Conceição/ Secretaria do Estado da Educação PR  
[arthur@socialnojournalismo.com.br](mailto:arthur@socialnojournalismo.com.br)

**Resumo:** A escola tem a necessidade, nesse novo milênio, de se adaptar ao atendimento de jovens que estejam inseridos em áreas de maior vulnerabilidade social. A sociedade passa por um aumento concentrado de desigualdades sociais e de violência, que estão presentes principalmente em populações juvenis marginalizadas. A população jovem inserida em territórios com maior índice de criminalidade tem maiores chances de se envolver com ações criminosas. O sistema educacional público precisa melhor compreender essas áreas de conflitos humanos extremos e os motivos que muitas vezes geram um certo grau de indisciplina no ambiente escolar. Nesse novo contexto, a escola precisa adaptar-se às demandas de jovens “largados” que a sociedade exclui. Algumas ações e programas, tanto do governo federal como de alguns governos estaduais, tentam paliativamente conter ações diretas de violência contra a juventude.

Palavras-chave: Indisciplina. Exclusão escolar. Jovem. Vulnerabilidade social e prevenção. Território Vulnerável

**Resumo expandido:** Esse assunto traz à tona uma discussão de como a escola e a sociedade poderiam tratar as questões juvenis. O grande mote deste debate é quanto à exclusão do jovem dos bancos escolares e o que propicia essa exclusão. A reação dos jovens excluídos, junto de um contexto de vulnerabilidade, nem sempre é positiva, levando frequentemente à dificuldade de adaptação escolar, social, que gera indisciplina e demais desdobramentos sociais. O processo de exclusão proporciona o fim e o abandono da vida escolar e revolta com a sociedade. O jovem em situação de marginalidade é, normalmente, estigmatizado e, com o tempo, pode se transformar em alvo fácil para a cooptação aos grupos em conflito com a “vida legal”, ou criando problemas para o próprio sistema de ensino. Hoje a grande pergunta é como a sociedade reage diante dos jovens em situação de vulnerabilidade social em áreas urbanas, e como escola e seus professores estão preparados para tratar esta questão. Uma das alternativas, como forma de conter emergencialmente a situação, foi a iniciativa do governo federal em criar o PROTEJO (Projeto de Proteção aos jovens em Território Vulnerável), o qual faz parte do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com cidadania). A intenção principal do programa é a construção coletiva na sociedade de uma cultura cidadã, por meio da sociabilidade e convivência. Outra proposta pedagogicamente interessante é o Programa Atitude do Governo do Estado do Paraná. Hoje, o programa está inserido nas cidades de Foz do Iguaçu, Cascavel, Sarandi, Cambé, Londrina, Ponta Grossa, Almirante Tamandaré, Colombo, Piraquara e São José dos Pinhais. Grande parte do projeto está sendo exercido em áreas de ocupações irregulares conflagradas pela violência dentro e fora da escola. Um dos critérios para a inserção no programa é o jovem ser carente. O projeto tem o seguinte objetivo: envolver todas as esferas da sociedade - desde os governos estadual e municipal, até as associações de bairro, organizações não governamentais e entidades de atendimento à crianças e jovens – em um conjunto de ações para atuar em comunidades que possuem altos índices de indicadores de violências, protegendo os direitos fundamentais da população infanto-juvenil e oferecendo oportunidades de inclusão social e profissional. (Disponível em: [www.secj.pr.gov.br](http://www.secj.pr.gov.br). Acesso em: 04 /05/2010). O que se apresenta para o presente trabalho são os obstáculos na

conciliação escola versus trabalho, para jovens que não possuem oportunidade de emprego e estão à margem da sociedade, isto é, em condições de vulnerabilidade.

## TEXTO COMPLETO

### EDUCAÇÃO E A NOVA PERSPECTIVA JUVENIL EM TERRITÓRIO DOMINADO PELA VIOLÊNCIA

<sup>1</sup>Luiz Arthur Conceição

**Resumo:** a escola tem a necessidade nesse novo milênio em se adaptar ao atendimento de jovens que estejam inseridos em áreas de maior vulnerabilidade social. A sociedade passa por um aumento concentrado de desigualdades sociais e de violência, que esta presente principalmente em populações juvenis marginalizadas em grandes centros urbanos. A população jovem inserida em territórios com maior índice de criminalidade tem maiores chances de se envolver com ações criminosas. O sistema educacional público precisa melhor compreender essas áreas de conflitos humanos extremos e os motivos que muitas vezes gera um certo grau de indisciplina no ambiente escolar. Nesse novo contexto a escola precisa adaptar-se as demandas de jovens “largados” que a sociedade exclui. Algumas ações e programas tanto do governo federal como alguns governos estaduais tentam paliativamente conter ações diretas de violência contra a juventude.

Palavras chave: Indisciplinada, exclusão, jovem e prevenção

#### 1 Introdução

Esse assunto trás atona uma discussão como a escola e a sociedade poderiam por meio de vários olhares tratar as questões juvenis. O grande mote deste debate e quanto a exclusão do jovem dos bancos escolares e o vem propiciando a exclusão. Qual o tratamento necessário do jovem marginalizado, tanto da escola como da sociedade. A

---

<sup>1</sup> L. Arthur Conceição – Bacharel em Ciências Políticas / Univali, Direito pela PUCPR / Licenciado em Sociologia pela PUCPR / Pós-graduado em gestão de políticas públicas pela PUCPR. Exerceu a função de coordenador Regional do Pronasci – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - no Estado do Paraná. Atualmente é professor de Sociologia da Rede Pública do Estado do Paraná. E-mail: arthur\_conceicao@hotmail.com

exclusão que é realizada hoje pode criar uma reação de perda de identificação pessoal do jovem com o ambiente em que vive. Aquele que é excluído no início da sua juventude encontra certa dificuldade de perceber o sentimento de pertencimento social. A reação dos jovens excluídos junto de um contexto de vulnerabilidade nem sempre é positivo, levando frequentemente a dificuldade de adaptação escolar, social que gera indisciplina e demais desdobramentos sociais.

O resultado previsível a um jovem em situação de vulnerabilidade, se traduz em sucessivas reprovações escolares, que por sua vez, repercutem sua auto-estima, que passa ser agravada pela falta de perspectivas positivas. Esse processo fatalmente terá como fim o abandono da vida escolar e revolta com a sociedade. O jovem em situação de marginalidade, normalmente é estigmatizado e com o tempo pode se transformar em alvo fácil para a cooptação de grupos em conflito com a “vida legal”, ou seja, entra em conflitos com o próprio sistema de ensino.

Hoje a grande pergunta é como a sociedade reage diante dos jovens em situação de vulnerabilidade social, e como escola e seus professores estão preparados para tratar esta questão. Uma das alternativas, como forma de conter emergencialmente a situação, foi a iniciativa do governo federal em criar o PROTEJO (Projeto de Proteção aos jovens em Território Vulnerável), o qual faz parte do PRONASCI (Programa Nacional de [Segurança Pública com Cidadania](#)), que está ligado ao Ministério da Justiça. O projeto é composto por jovens de 15 a 24 anos, em situação de vulnerabilidade, de violência e/ou de rua. O PRONASCI foi criado por medida provisória de número 384/2007 e constituído por lei federal de 11530 de 24 de outubro de 2007, que estabeleceu a seguinte diretriz:

Fica instituído o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, a ser executado pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública.

O PROTEJO busca combater situações de violência urbana por meio de atividades educacionais, esportivas e culturais que permitam estimular a liderança juvenil. Uma das metas do programa é o envolvimento do jovem com a comunidade, a preparação para vida social bem como para o mercado de trabalho, tendo como principal rompimento de obstáculo a disseminação da cultura de paz. A intenção principal do programa é a construção coletiva na sociedade de um exercício pleno de cidadania, por meio da sociabilidade e convivência. Para tal lança mão das linguagens artísticas como instrumento de comunicação entre essa população marginalizada. Essas ações são desafiadoras diante da sociedade moderna em poder lidar com situações extremas de violência na sala de aula e em torno das instituições de ensino. Que modelo de ensino queremos para nossa juventude?

Outra proposta pedagogicamente interessante é o Programa Atitude do Governo do Estado do Paraná. Hoje o programa está inserido nas cidades de Foz do Iguaçu, Cascavel, Sarandi, Cambé, Londrina, Ponta Grossa, Almirante Tamandaré, Colombo, Piraquara e São José dos Pinhais. Grande parte do projeto está sendo exercido em áreas de ocupações irregulares conflagradas pela violência dentro e fora da escola. Um dos critérios para a inserção no programa é o jovem ser carente. O projeto tem o seguinte objetivo:

A ideia é envolver todas as esferas da sociedade - desde os governos estadual e municipal, até as associações de bairro, organizações não governamentais e entidades de atendimento à crianças e jovens – em um conjunto de ações para atuar em comunidades que possuem altos índices de indicadores de violências, protegendo os direitos fundamentais da população infanto-juvenil e oferecendo oportunidades de inclusão social e profissional.( fonte: Disponível em: [www.secj.pr.gov.br](http://www.secj.pr.gov.br). Acesso em: 04 /05/2010)

## **2 Vulnerabilidade juvenil**

O grande desafio dos profissionais de educação nas últimas duas décadas é identificar grupos juvenis que estão em situação de vulnerabilidade social. As análises de Bastos (1997) nos mostram a importância de discutir os principais fatores em relação às criminalidades contidas na sociedade. Esse tema não serve somente para refletir sobre o monitoramento da sociedade, mas sem desenvolver um planejamento de políticas

educacionais mais eficaz, direcionando as ações para o desenvolvimento arraigado de direitos sociais.

Os gestores públicos devem atentar-se que a vulnerabilidade social cria impactos no mercado de trabalho, que se depara num túnel de complexidade quanto ao conjunto dos fenômenos sociais. A violência e os geradores desta violência desempenham um papel social relevante para a manutenção de uma sociedade em conflito. Em grande parte dos homicídios no país há envolvimento de jovens de 15 a 29 anos, conforme o Ministério da Saúde por meio do levantamento das causas mortes obtido pelo Sistema de Informação sobre Morte.

Bastos (1997) constata que não existe relação direta entre crime e criminoso. O crime varia conforme a história econômica, política, cultural de cada povo, e o criminoso cumpre o papel ideológico de tornar-se exemplo, buscando com isto disciplinar todo o corpo social.

Pitanguy (2002) nos leva a uma reflexão do que tem sido historicamente o crime e o castigo em nossas comunidades. As definições não são as mesmas, quer se trate de um homem branco, rico e escolarizado, quer de um homem negro, um indígena, uma mulher branca e pobre, uma mulher negra ou um homossexual. A partir de combinações dessas características, muitas vezes na sociedade delineiam-se cidadãos de “primeira” e “segunda” categoria, dos quais reporta para atitudes diversas no tocante ao reconhecimento tanto do conteúdo violento quanto do caráter delituoso de determinados atos e atitudes.

Assim, o termo vulnerabilidade designa, em sua origem, grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos fundamentais. Um dos maiores teóricos que trata sobre questões de saúde, Mann (1993, p.64), desenvolveu uma nova conceituação de vulnerabilidade modelada em três dimensões: social, programática e individual, para as quais a ética, a política e o direito são elementos fundamentais.

No plano individual, a vulnerabilidade se relaciona basicamente a comportamentos e atributos pessoais que condicionam a possibilidade de prevenção. É importante assinalar que esses comportamentos estão necessariamente relacionados ao meio social em que emergem e se reproduzem, diante do grau de consciência que os indivíduos têm sobre eles e ao potencial poder de transformação, que estes indivíduos tenham sobre as suas condutas. A dimensão programática contempla o nível da execução de políticas e programas e também aos programas relacionados indiretamente. Já a dimensão social privilegia os componentes estruturais condicionadores do contexto em que ocorre, com destaque para as condições de vida, os direitos humanos e a defesa da cidadania.

A vulnerabilidade de um grupo populacional é definida pelo conjunto das características macropolíticas, econômicas e socioculturais que reforçam ou diluem o risco individual. A característica de pobreza, somada à situação de desemprego, ao perfil informal dos trabalhos remunerados realizados, à baixa escolaridade e à dependência dos equipamentos sociais públicos, compõe um quadro de expressiva vulnerabilidade.

A questão da vulnerabilidade está relacionada com teorias e práticas sociais, política-institucionais e comportamentais associadas às diferentes suscetibilidades das pessoas e grupos populacionais, dessa forma, assinala-se a substituição de modelos mais individualistas e informativos para “modelos mais multidimensionais”, considerados como potencialmente mais efetivos. O entendimento de vulnerabilidade social está ligado aos riscos sociais e às condições de certas ocorrências. Nesse entendimento supões-se quanto maior a vulnerabilidade social, maior está sujeito a vários riscos sociais. Esses riscos podem provocar privações que geram danos no coletivo, e em muitos casos estão relacionados a situação de pobreza e situações de sobrevivência com espectro nos direitos fundamentais, como por exemplo dificuldade de trabalho, desemprego, deficiência física, tráfico de drogas e outros.

O conceito de vulnerabilidade permite entender mais plenamente como as questões sociais estão relacionadas à desigualdade, estigma, discriminação e violência, dentre outras. Essas condições aceleram o desfecho do porquê alguns indivíduos e grupos estão em

situação de maior vulnerabilidade do que outros. E muito destes fatores estão arraigados em questões meramente ideológicas que começam no cerne da sociedade e perpassam para dentro da sala de aula.

### **3 Os aspectos ideológicos na educação e o risco de exclusão**

Rejeitar jovens envolvidos com criminalidade está situado basicamente em questões ideológicas históricas de nossa sociedade. A grande maioria das instituições de ensino tentam excluir de certa maneira estudantes que estão envolvidos com gangues ou outro fatores exógenos de violência. Em análise a essa questão, percebe-se que existe um abismo ideológico explicado pela autora Terezinha Rio no livro “*Ética e Competência*”:

A ideologia caracteriza-se por dissimular a realidade, apresentando como “naturais” elementos que na verdade são determinados pelas relações econômicas de produção, por interesse da classe economicamente dominante. Assim as diferenças sociais entre os sujeitos, as discriminações, são justificadas com base em princípios que, considerados isolados de um contexto histórico específicos, aparecem inegavelmente “verdadeiros”, mas que analisados à luz de uma visão crítica, encobrem uma realidade que é preciso denunciar. (RIOS, p.36, 1993)

E para confirmar essa questão que não faz parte do microproblema estudado, mas está enraizado em nossa sociedade contemporânea, quanto à questão ideológica dos abismos culturais e sociais. Para entender esse contexto foi necessário buscar o relatório da Unicef, 2009:

As estatísticas relacionadas à Educação Básica nas comunidades populares dos centros urbanos são de difícil obtenção em muitos municípios por falta de levantamentos sistemáticos da situação nessas áreas. Os indicadores do Ministério da Educação (MEC), assim como todos os dados obtidos com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) feita anualmente pelo IBGE, referem-se aos municípios e não a bairros e comunidades. O risco de uma criança que mora em uma comunidade popular ter atraso escolar na 4ª série do Ensino Fundamental, por exemplo, é 16% maior do que o de uma criança que mora em outros bairros. A violência é também um problema enfrentado por boa parte da comunidade escolar, principalmente nas instituições localizadas nas comunidades populares de grandes cidades. Para cada escola definida como inserida num contexto

tranquilo, pelo menos outra convive com problemas de segurança em seu entorno. (UNICEF,2009, p.107).

Dados como esse nos levam a melhor compreender o papel do sistema educacional em relação aos aspectos sócio-educacionais. É preciso compreender que todos esses fatores estão inseridos no campo social, levando essa esteira para uma crítica voraz quanto à ideologia da sensibilidade individual. É preciso melhor avaliar os discursos vigentes sobre a democratização da educação. Bourdieu (1998), aplica uma teoria voltada para as oportunidades iguais para os desiguais:

O Capital cultural e o Ethos, ao se combinarem, concorrem para definir as condutas escolares e as atitudes diante da escola, que constituem o princípio da eliminação diferencial das crianças das diferentes classes sociais. Ainda que o êxito escolar, diretamente ligado ao capital cultural legado pelo meio familiar, desempenhe um papel na escolha da orientação, parece que o determinante principal do prosseguimento dos estudos seja atitude da família a respeito da escola, ela mesma função, como se viu, das esperanças objetivas de êxito escolar encontradas em cada categoria social. (BOURDIEU,1998 p. 51).

A escola precisa ter um papel fundamental, que é o de poder encontrar o caminho do aluno e sua aptidão em relação ao seu futuro, abrir portas e dar chances aos estudantes, isto é, os usuários do sistema de ensino poder ser inseridos no mercado de trabalho. De meados de 1950 até o final do século XX a família tinha um grande poder de influência quanto à carreira do filho. Hoje a escola está mais evidente quanto ao futuro do cidadão. O capital cultural entre as famílias de maior renda influencia em muito a profissão de cada indivíduo e seu papel social. Porém, o que se constata na sociedade moderna é que as escolas, de um modo geral nas regiões conflagradas pela violência, comunidades de baixa renda, não conseguem dar um direcionamento aos alunos quanto à sua atividade no futuro. Na análise do autor supracitado, ele expõe a seguinte situação:

Da mesma forma, o conjunto de característica da carreira escolar, as seções ou os estabelecimentos, são indícios da influência direta do meio familiar, que eles traduzem na lógica propriamente escolar: por exemplo, se, no estado atual das tradições e das técnicas pedagógicas, um maior domínio de

língua ainda é encontrado entre os estudantes de letras que optaram, em seus estudos secundários (...) exercem outras influências, como a informação dos pais sobre as seções e carreiras, o sucesso nas primeiras etapas dos cursos, ou, ainda, a vantagem constituída pela entrada nos ramos de ensino em que o sistema reconhece a sua elite. (Idem, p.52)

O jovem de localidades mais vulneráveis tem acesso maior a cultura de violência e de pouca capilaridade para questões culturais. Esse fator de vulnerabilidade social acaba muitas vezes levando o jovem a se desinteressar pela escola. E nesse jogo de luta, a cultura vivenciada extra muro do colégio é mais atraente que o ensino formal. Nessa contextualização observamos o chamado capital cultural e o Ethos, ao se combinarem, concorrem para definir as condutas escolares e as atitudes diante da escola, que constituem o princípio da eliminação diferencial das crianças das diferentes classes sociais. Ainda que o êxito escolar, diretamente ligado ao capital cultural legado pelo meio familiar, desempenhe um papel na escolha da orientação, parece que o determinante principal para o prosseguimento dos estudos seja atitude da família. Na realidade falta um planejamento sobre as esperanças objetivas de êxito escolar encontradas em cada categoria social. (BOURDIEU,1998 p. 51).

Para poder entender a diferença da educação ao longo do processo escolar como da vida é preciso entender as diferenças de informação e conhecimento, bem como as diferentes concepções que são atribuídas ao conceito de aprendizagem. A informação pode ser vista como os fatos que se encontram nas publicações, na Internet ou mesmo o que as pessoas trocam entre si. O conhecimento é o que cada indivíduo constrói com produto do processamento, da interpretação, da compreensão da informação.

O mundo está exigindo, cada vez mais, que as pessoas saiam da escola com capacidade para aprender a aprender, a pensar, a resolver problemas, a ser criativo, crítico, autônomo, capaz de interagir com outras pessoas. O mundo precisa de pessoas que tenham condições de se comunicar eficientemente e competência para atuar de maneira consciente, responsável, construtiva e solidária na sociedade.

#### 4 Os fatores da indisciplina no contexto social juvenil

No Brasil atual há vários fatores que contribuem para a indisciplina do jovem principalmente no contexto escolar em instituições inseridas em áreas conflagradas pela violência. Muitos educadores consideram a indisciplina como questão puramente social. Esse assunto muitas vezes começa fora da sala de aula e passa a ser reproduzido dentro da classe.

No vasto debate da literatura que trata de temas o comportamento da juventude nos demonstra que a palavra indisciplina não está associada a um sentido somente negativo. É necessário ressaltar, que esse assunto tem sido amplamente debatido em várias óticas e o tema de um modo geral passou a ser mais estudado na possibilidade de encontrar respostas. E os avanços destes estudos são fomentados por motivações diferentes na busca de respostas diferentes, principalmente jovens que estão envolvidos com violência. O assunto é instigante e leva os educadores a aderirem certas reflexões, que vem gerando debates entre professores, pedagogos, psicólogos, sociólogos e assistentes sociais.

A indisciplina aliada ao novo comportamento da juventude no início do século XXI é desafiador. A partir desse ponto de partida são necessárias as mudanças, das quais devem ser revistas diante da educação tanto formal como informal para a juventude como um todo. As relações juvenis são recheadas de atritos que possuem influência de fatores endógenos, que se exemplifica em indisciplina e desrespeito, muitas vezes levada para os bancos escolares. Esse desafio do comportamento multidisciplinar da juventude passa a ter um papel inspirador em relação ao posicionamento dos projetos políticos pedagógicos das escolas, que estão em muitos casos sendo reavaliados os valores, posições e intenções diante das práticas pedagógicas exercidas nos últimos dez anos. A educação pronta e memorizadora pode vir a contribuir para a indisciplina, conforme apresenta o teórico Paulo Freire, quando cita que a *concepção bancária, que possa a vir* comprometer a formação e a disciplina do educando.

A “educação bancária” é classificada como domesticadora, porque leva o aluno à memorização do conteúdo transmitido, impedindo o desenvolvimento da criatividade e sua participação ativa no processo educativo, tornando-o submisso perante as ações opressoras de uma sociedade excludente.(APARECIDA;REBELO, 2002,p.47)

Nessa, suposta relação entre a forma de educar a grande massa jovem, nos dá sinal que é necessário romper, cujo está esgotado o sistema de ensino com práticas nada desafiadoras para os educandos. Ainda que relutante no imaginário social e necessário rever o que deve ser exigido para as comunidades juvenis, que por muitas vezes são meros expectadores na situação de receptores de informação. Analisando de uma forma ampla o termo indisciplina nos leva a uma pluralidade de entendimentos; principalmente conceituais. É um dos mais debatidos temas e a chamada ruptura e a negação de ações norteadoras e reguladoras das ações em favor das ações juvenis.

As esperanças dos educadores quanto a determinadas formas de disciplina na escola estariam se “estilhaçando” e como tantos esquemas de racionalidade construídos pelo pensamento moderno. Estão se esvaziando em outro sentido, voltado ao real, quanto a legitimidade de educar pela construção do saber. Um regime disciplinar, ainda veiculada na escola, passa a ser a primeira porta institucional de socialização do jovem. Se nesse regime o sistema educacional não conseguir compreender as mudanças bruscas que a sociedade juvenil vem passando e também negar o entendimento de uma realidade social mais profunda do educando, pode ser um momento pedagógico perdido. “Assim podemos concluir que a disciplina pode ser controle ou libertação do homem, da mesma forma que a indisciplina pode ser desobediência ou denúncia; tudo depende do nosso ponto de vista ao olhar o mundo. (APARECIDA;REBELO, 2002,p.53)

Em muitos casos a indisciplina é uma forma de expressão do jovem devido a insatisfação do educando com o próprio sistema de educação ou com a própria sociedade. Cada vez mais avançam as pesquisas na área da educação quanto aos estudos relacionados à indisciplina escolar e a rebeldia juvenil. Entre tais motivações, ainda a de recuperar o fio condutor da educação como prática de regulação social, na qual tem a finalidade de ser

emancipatória. Na base dessa busca, a suposição de que nos bancos escolares há possibilidade de produzir outra disciplina, isto é, que seja *emancipatória*. Essa possa ser capaz de derivar outra perspectiva socioeducacional na tentativa de enfrentar os problemas decorrentes da indisciplina de grupos juvenis. De certo, essa busca representa um caminho que melhore as relações sociais, que está entre a idéia de emancipação do aluno e conscientização reguladora. Essa busca é produtiva pois derivam perguntas bastante significativas.

No que diz respeito à juventude como público da política de assistência, tanto as vulnerabilidades como os riscos sociais mais frequentes devem ser mais bem conhecidos e analisados, visando organizar ações de prevenção e proteção, assim, como do desenvolvimento de capacidade e potencialidades. (CASTRO; AQUINO(org), 2009,p. 172)

Todo o mote deste debate está findado no tema civilização que é necessário avaliar as novas perspectivas juvenis. Sob essa concepção, algumas formas de "vandalismo", decorrente da previsibilidade e gravidade, seriam parte de um processo civilizatório que a escola muitas vezes não está cumprindo seu papel fundamental. E é neste cenário que os educadores devem ser promotores da educação no sentido mais amplo da palavra de resgatar a cidadania. (GARCIA, J.,1999)

Avançando nesses debates são necessários avaliar a participação do jovem como sujeito social. No ambiente de convívio mútuo como as escolas e demais espaços públicos, deve haver uma harmonia longe de ações de violência. Esses avanços devem estar cobertos pela manta da cidadania, das quais necessitam de práticas diretas na formação do educando. É o espaço público começando pela escola deve ser entendida como um palco indissociável de um exercício da cidadania, que tem a necessidade de trabalhar permanentemente a difusão do conceito de defesa dos direitos.

E preciso pensar o jovem real e não o ideal pela escola moderna, que estão em áreas conflagradas pela violência. Muitas concepções da educação tradicional devem ser revistas, das quais deve estar articulada com as necessidades do jovem que envolve princípios

morais, valores atitudes e outras necessidades. A educação é conjunto de atitude que deve ser expressado pela arte e o esporte criando um espaço de convivência cidadã em e meios aos Território de conflitos das quais gera violência. Para conter a indisciplina, conforme os teóricos estudados as regras devem ser claras e adaptáveis diante do conjunto da realidade que a escola está inserida. E essas regras devem não excluir e sim reintegra as pessoas mais vulneráveis em idade escolar.

Na nossa escola, como tantas outras escolas públicas, desenvolviam atividades e se estabeleciam normas sem nunca pensar no aluno real, para qual eles se destinavam. Assim a escola que deveria ser um espaço de construção de conhecimento para o desenvolvimento intelectual e da autonomia acabava sendo uma instituição excludente. Nesse sentido, um ponto que me chamou atenção foi o horário de funcionamento do período noturno. Com início as dezenove horas, os alunos que chegassem atrasados não podiam entrar. Porém, não nos pareceu justo para aqueles que trabalhavam e, muitas vezes, atrasavam-se por causa da condução ou mesmo pelo horário de trabalho. Esse tipo de atitude tomada por escolas acaba contribuindo pra que os alunos, aos poucos, desistam de estudar. (APARECIDA;REBELO, 2002,pp.76-77)

Se as indiferenças dificultam que as pessoas se tratem com respeito, e necessário fomentar que o reconhecimento da indiferença esteja voltado à necessidade do próximo, como o exemplo dado acima. É preciso estabelecer um campo fértil quanto os avanços das relações estabelecidas para as comunidades juvenis. Enquanto a sociedade continuará a ver e ouvir a mensagem da indisciplina, ou seja, compreender melhor as situações vivenciadas, como forma de reconhecer as necessidades.

## **5 Novas perspectivas de educação para jovens em vulnerabilidade**

O que apontamos para o presente trabalho são os obstáculos na conciliação escola X trabalho, para jovens que não possuem oportunidade de emprego e estão à margem da sociedade, isto é, em condições de vulnerabilidade. Muitas dessas abordagens estão contidos no relatório da Unicef 2009, qual o documento exemplifica que hoje é pouco atrativo o que a escola oferece como forma de um plano pedagógico mais dinâmico para os alunos.

Apesar de possuir características territoriais diferentes entre si, a maioria das comunidades populares dos grandes centros urbanos enfrenta problemas semelhantes: a segregação urbana e a desigualdade de oportunidades no direito à educação. O fato de as escolas estarem localizadas em bairros estigmatizados pode impactar negativamente na qualidade do ensino. Em geral, quanto pior a condição sociourbana, pior o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Quanto menos política de Pré-escola, pior o Ideb. Quanto mais alta a taxa de homicídio, também pior o Ideb. (UNICEF, 2009,p.107)

Ao mesmo tempo, a juventude manifesta a percepção de que atualmente o diploma de ensino médio tem pouca ou quase nenhuma validade, e os estudantes quando na sua adolescência sonham com um curso profissionalizante e universidade, voltado as suas perspectivas. Porém, essa última fica longe do alcance de alguns, por uma série de circunstancias. Em muitos casos há conflitos de interesses entre colégio e alguns professores que não incentivam um trabalho direto, com ações de mobilização escolar.

O aspecto essencial dessa proposição é que coloca o jovem estudante no diálogo e na responsabilidade para aprender a mudança de rumo, que significa passar da centralidade na aprendizagem individual à colaboração entre os que aprendem (e também entre os professores) diante da construção do conhecimento.

Nessa situação em relação aos jovens em vulnerabilidade faz-se necessária a reflexão sobre a nova realidade encontrada na essência da violência juvenil. Para qualquer ação a ser pensada quanto a busca de soluções é necessário o resgate de alguns conceitos básicos de Durkheim (1975). Esse autor coloca que as representações coletivas em momento algum podem ser reduzidas a representações individuais. O pensamento deste teórico tem como pressuposto básico fazer uma leitura teórica sobre a sociedade como um conjunto de fatos sociais. Esses fatos estão sobre o indivíduo quanto às manifestações da vida coletiva.

Por esse enfoque, o aprendizado, supõe acompanhamento especial do educando em situações conflagradas de violência, que cruza entre atitudes individuais que vai refletir

diretamente no coletivo. Uma gestão de monitoramento de grupos sociais juvenis vem colocar em xeque os gestores de educação. O grande desafio é saber como eles devem lidar com as relações humanas em territórios conflagrados pela violência, e de que forma deve ser realizado acompanhamento do aluno da série fundamental até o ensino médio, que estão em situação de vulnerabilidade.

Em todo esse contexto o que mais chama a atenção é que muitas vezes, nessas áreas de conflito a única presença do Estado é somente a edificação escolar. É preciso inverter a lógica do jogo e começar a trabalhar as questões de violência. A escola por si só não resolverá as questões de violência e de forma alguma haverá pacificação dos territórios totalmente desprotegidos de ações governamentais. Somente com ações repressivas de polícia não se chegará a lugar algum, na questão da prevenção e combate à violência; a história responde essa fundamentação com muita clareza.

## **6 Programas de prevenção com resultados para longo prazo**

### **6.1 Ações do Protejo/ Pronasci**

O PROTEJO – Programa de Proteção a Jovens em Território de Vulnerabilidade – que faz parte do PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania), que tem como meta reduzir os índices de violência em todo o país. O objetivo do programa é a construção de uma cultura de paz e cidadania, por meio de novos caminhos de sociabilidade. O programa tem por principal meta ressocializar jovens que não são atendidos por nenhum programa do governo estadual, municipal e federal e estão próximos ao crime organizado ou expostos à violência doméstica e urbana. Os jovens que participam do PROTEJO recebem uma bolsa mensal do governo federal como incentivo para participarem dos projetos.

Atualmente esse projeto tem encarado a criminalidade com um outro olhar, pois, acolhe os jovens que são praticamente excluídos do sistema educacional tradicional. Como

forma alternativa para o enfrentamento a violência foi necessário criar uma via para o acolhimento destes jovens. Neste sentido o governo federal por meio do Ministério da Justiça encontrou uma estratégia de percurso socioformativo de capacitação dos jovens que habitam em comunidades vulneráveis.

Esse trabalho está sendo desenvolvido em mais de 80 cidades que estão conveniadas pelo PRONASCI. Somente no Rio de Janeiro são mais de 900 jovens sendo atendidos pelo programa, junto de atividades ligado ao SENAC – Serviço Nacional do Comércio. Os participantes do programa são encaminhados pelas Mulheres da Paz, outro projeto do Pronasci que conta com a participação de lideranças femininas dentro de territórios vulneráveis. Todo esse programa é pautado em atender emergencialmente uma situação de violência, que não está sendo absorvido pela educação formal.

## 6.2 Projeto Atitude do governo do Estado do Paraná

Quando da implantação do Programa Atitude, que hoje está estabelecido em dez cidades do Estado do Paraná. Apesar do programa ter formatação oficial do governo estadual, com eixos temáticos a serem trabalhados podem tomar novas formas em cada município. A iniciativa deste programa esta pautado naquilo que determina o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), no Artigo 15º:

(...) os direitos da criança e do adolescente são, pois, dever da família, da sociedade e do Estado. Assim, é possível e necessário exigir, por mecanismos concretos, a realização dos direitos consagrados na Normativa Internacional, na Constituição e nas leis. Direito a sobrevivência: vida, saúde, alimentação. Direito ao desenvolvimento pessoal e social: educação, cultura, lazer, profissionalização. Direito a integridade física, psicológica e moral: dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar e comunitária (...) (Brasil, p. 1005, 2009)

Na letra da lei serve como diretriz para formular um plano de trabalho com estratégias pedagógicas para abordar esses temas, sem dar conotação escolar, trabalhando-os de forma lúdica. Hoje os números gerais quanto a diminuição de violência ainda não estão tendo um resultado amplo quanto a diminuição da criminalidade. Esse programa trará frutos ao longo prazo, mas é necessário, com o projeto do Pronasci, ter uma integração multidisciplinar entre as secretarias das prefeituras nos municípios em que o programa está sendo instalado. É necessário também estabelecer uma polícia cidadã em volta destes projetos e entorno das unidades escolares, para que ocorra uma prevenção contra a violência. Sem participação das forças de segurança, como apoio mediato das ações de combate aos crimes organizados, tanto o Atitude como Pronasci não serão plenamente eficientes nas suas ações.

## **7 Conclusão**

A vulnerabilidade social entre a juventude de bairros mais populosos e mais frequente nas grandes cidades brasileiras. A ociosidade e a falta de perspectivas podem ser encaradas como alguns dos fatores desencadeadores de estado de violência, do uso de drogas, do cair no mundo do crime, por consequência. Grande parte dos homicídios no Brasil acontecem entre jovens de 15 a 29 anos. Um levantamento realizado pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, no Mapa da Violência 2010<sup>2</sup>, demonstra que a falta de instrução e emprego (fora da escola e sem trabalho) estão ligados ao aumento de homicídios na faixa etária mais produtiva: a cada 1% de aumento na taxa de desocupação da população jovem, há alta de 0,5% na taxa de homicídios na mesma faixa de idade.

O grande desafio da sociedade é como deve se dar um novo olhar para atendimento educacional das áreas de vulnerabilidade social, entre a juventude brasileira. A escola no seu formato como que está atuando na atualidade tem uma perspectiva diferente no tratamento de ações de políticas afirmativas em áreas

---

<sup>2</sup> WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2010: Anatomia dos Homicídios no Brasil**. Instituto Sangari: São Paulo, 2010.

vulneráveis. O comportamento da juventude nos territórios conflagrados pela violência deve ser tratado de forma diversa daquela educação tradicional que temos. A educação formal não consegue atingir todos os seus objetivos, pois ela passou a ser vítima também de uma inversão de valores e papéis. Atualmente a escola ‘*ganhou*’ novas atribuições, além de instruir, de repassar conhecimentos, precisa educar, educar no mais amplo sentido da palavra. A educação que era atribuição dos pais, da família, passou a ser da escola, porém, essa necessidade o sistema educacional formal não consegue atender.

A crescente demanda de ações paliativas como o Pronasci e o Programa Atitude, que trazem experiências quanto ao resgate de cidadania de jovens em territórios vulneráveis, vem de encontro à necessidade para suprir a carência do ensino formal. Apesar de não estarem atrelados as outras áreas do conhecimento, que não sejam da educação, tais como: assistência social, segurança pública, saúde, etc., é necessário atuar em rede. Porém, o presente tema debatido quanto a prevenção de violência entre jovens devem ficar sob a responsabilidade de coordenação da educação.

O crescimento do número de programas desta natureza destacado acima esta sendo apenas uma alternativa de solução, para poder corrigir a origem do problema que é do próprio sistema educacional. O atual sistema não consegue desatar os nós diante de uma complexidade vivenciada pelas escolas em áreas vulneráveis, os quais merecem um novo olhar para o modelo educacional. E as ações devem ser imediatas e os resultados de avaliação devem ser medido a médio e a longo prazo num contexto amplo para uma análise futura.

## **8. Referência bibliográfica**

ABRÃO, Jorge de Castro; AQUINO(orgs). Luseni Maria. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

APARECIDA, Rosana;REBELO,Argento. **Indisciplina Escolar: causas e sujeitos**. Petropolis/RJ: Vozes, 2002.

BASTOS, Maruza. **Cárcere de Mulheres**. Diadorim Editora Ltda. R J, 1997.

- BOURDIEU , Pierre. **Escritos de Educação**. Editora Vozes: Petrópolis, 1998.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Vade Mecum. 9Ed SP Saraiva, 2009.
- DURKHEIM, Émile,. **Educação e sociologia**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- FUCK, **Irene Terezinha**. **Alfabetização** de Adultos. Relato de uma experiência construtivista. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GARCIA, J. Indisciplina na Escola: uma reflexão sobre a dimensão preventiva. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 95, 1999, p. 101-108.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MANN, Jonathan et al. (orgs.). **A Aids no mundo**. RJ, Relume Dumará, 1993.
- MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios de como chegar lá**. São Paulo: Papirus, 2007.
- MORETTO, Vasco Pedro. **Construtivismo: a produção do conhecimento em aula**. São Paulo: Dpea, 2002.
- PITANGUY, Jaqueline. **Gênero, Violência e Direitos Humanos**. *In*: BRASIL, Ministério da Saúde. *Revista Promoção da Saúde: Saúde da Mulher Brasileira*. Ano 3, nº 6, Outubro, 2002..
- RIOS, Terezinha A. **Ética e Competência**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ROMÃO, José Eustáquio. *Avaliação dialógica: desafios e perspectivas*. 6 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.
- STREY, Marlene Neves. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TUAN, Yi. Fu. **Topofilia**. São Paulo: Difel 1980.
- UNICEF, **Situação da Infância e da Adolescência Brasileira 2009** – O Direito de Aprender. DF: 2009.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2010: Anatomia dos Homicídios no Brasil**. Instituto Sangari: São Paulo, 2010.